

DIVERSIDADE CULTURAL E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Maria do Socorro dos Santos Bomfim

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo geral investigar o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Tendo como tema a Diversidade Cultural e as Práticas Educativas: Um Estudo Sobre o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. As questões que orientaram esta pesquisa giraram em torno do racismo, preconceito e discriminação existente na escola pública. Muito se discute sobre a importância da cultura afro-brasileira nas escolas, mas pouco se faz para que essa cultura seja de fato difundida. Precisa se fazer entender que todos nós, brancos, negros e índios, formaram a identidade do nosso país. O Brasil é um país com uma miscigenação étnica e uma diversidade cultural enorme, onde se mistura linguagem, tradição, culinária, religião, costumes e etc. Vivemos num país onde o preconceito, o racismo e a discriminação racial se faz presente no nosso dia-a-dia. Mas 6,8% da população brasileira são formadas por negros. Esta investigação recorreu à pesquisa bibliográfica, iconográfica e documental tal como a Lei 10.639/03 e também fontes orais como entrevistas com professores da rede pública. As contribuições de Kabengele Munanga, Eliana Cavaleiro e Denzen Silva entre outros, serviram de aportes teóricos da pesquisa. Concluimos que família, escola e professor façam com que a criança negra se reconheça e se aceite como ela realmente é, resgatando a autoestima e seu convívio na social.

Palavras-chave: Preconceito; Racismo; Discriminação; Família; Escola; Professor.

ABSTRACT

This research aims to investigate the General teaching of history and culture African Afro-Brazilian and in the early years of elementary school. With the theme of Cultural diversity and Educational practices: A study

on the teaching of history and Afro-Brazilian Culture in the early years of elementary school. The questions that guided this research have turned around the racism, prejudice and discrimination in public school. Much has been discussed about the importance of Afro-Brazilian culture in schools, but little does this culture is in fact widespread. Need to make them understand that we all, whites, blacks and Indians, formed the identity of our country. The Brazil is a country with an ethnic mix and a huge cultural diversity, where you mix language, tradition, cuisine, customs and religion etc. We live in a country where prejudice, racism and racial discrimination is present in our daily lives but 6.8% of the Brazilian population are formed by Blacks. This investigation used bibliographical research, iconographic and documentary as the law 10,639/03 and also the oral sources such as interviews with public school teachers. The contributions of Munang Kabengele, Eliana Knight and Denzen Silva, served as theoretical research. We conclude that family, school and teacher make the black child recognizing and if accepted as she really is, rescuing the self-esteem in your social conviviality.

Key words: Prejudice; Racism; Discrimination; Family; School; Teacher.

INTRODUÇÃO

[...] Garantir que uma escola seja igual para todos e respeite a particularidade do povo negro não depende apenas de preceitos legais e formais. Não podemos acreditar numa relação de causa e efeito entre a realidade educacional e o preceito legal. Por ser, é na dinâmica social, no cotidiano que ela tende a ser legitimado ou não (NILMA LINO GOMES).

Reconhecemos que é de fundamental importância a inserção da História e da Cultura Afro-Brasileira no contexto escolar, já que sua desenvoltura em sala de aula possibilita à criança um autoconhecimento, além de respeito mútuo, fazendo cumprir um papel na difusão e socialização tanto de informação quanto de conquistas da sensibilidade e da consciência humana, de forma a estimular atitudes que valorizem e respeitem as diferenças entre ela e os demais sujeitos.

Assim, é de grande relevância analisar a inclusão da História e da Cultura Africana no currículo das turmas dos anos iniciais como possibilidade de incentivar o respeito à diversidade cultural e de combater ao racismo.

Nesta perspectiva, abordar a Cultura Afro-Brasileira e as Práticas Educativas no contexto de uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental é imprescindível tendo em vista que no cotidiano dos fazeres escolares, os docentes e os/as alunos/as são sujeitos históricos importantes na elaboração de uma nova forma de pensar e de representar a Cultura Afro-Brasileira no contexto da educação, em particular no ensino da História, foco de nossa análise. Sabemos que a Lei 10.639/2003 esta em vigor desde o mês de janeiro de 2003. Contudo, o que percebemos é a resistência nas instituições e nas pessoas quanto à aplicação legal. O que nos faz pensar que carrega consigo uma difícil interpretação ou até que não seja tão clara em seu conteúdo.

Para realizar um debate capaz de manter o discurso da diversidade e da alteridade operantes, sem nenhum tipo de posicionamento preconceituoso ou que gere uma representação negativa, torna-se necessário que os docentes conheçam a História e a Cultura Afro-Brasileira.

Deste modo, esta pesquisa busca analisar as seguintes perguntas. A temática sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana está sendo explorada no currículo escolar, assim como a Lei 10.639/03 que institui em toda rede de educação básica o ensino referido a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana? Os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental estão capacitados e qualificados para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira? As práticas educativas implementadas pelos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileiras nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental promovem a valorização da diversidade cultural afrodescendente e a eliminação dos estereótipos propagados pelo sistema Educacional? A escola está desenvolvendo o papel de ligação entre a família com a sociedade e da sociedade com o indivíduo? Preconceito, racismo e a discriminação propagada nas salas de aula estão pautados na falta de conhecimento dos professores e desinteresse dos alunos acerca da História e Cultura Afro-Brasileira?

Esses questionamentos são pertinentes ao levar em consideração as seguintes hipóteses. O que se tem observado é que muitos dos professores dos anos iniciais não estão capacitados para lidar com esse assunto, faltando um pouco mais de interesse pela busca do conhecimento pela disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira, uma ação sempre leva a uma reação, é preciso que o professor se qualifique e se encontre capacitado para poder lidar com eventuais questões que envolvam o preconceito, racismo e discriminação na sala de aula e porque não ao redor.

O que me motivou a pesquisar essa temática foi à necessidade de procurar entender o porquê do descompromisso por parte de alguns professores da

rede pública no tratar de temas relacionados à Cultura Afro-Brasileira nas salas de aula com seus alunos, já que a Lei 10.639/03, dá todo suporte para que o professor possa tratar do assunto relacionado ao estudo da História e Cultura Afro-Brasileira.

Levando em consideração o tema, o objetivo desse estudo é investigar como está sendo abordada a temática sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos anos iniciais do Ensino Fundamental I nas escolas públicas. Foi analisado e explorado a Lei 10.639/03, a atuação dos professores a fim de minimizar o preconceito, o racismo e a discriminação racial existente em nossa sociedade e sua contribuição na construção do imaginário sobre a cultura negra no percurso do aluno, da sociedade, família e na instituição de ensino.

A monografia está estruturada em cinco seções, a introdução, o referencial teórico, a metodologia, os resultados e discussão e as considerações finais. A primeira seção primária, dedica-se a introdução. Já a segunda seção primária refere-se ao referencial teórico que está dividido em três seções secundárias, cujo primeiro escreve sobre o resgate as nossas origens culturais, a África/Brasil, uma história e a realidade cruel que os afros descendentes vêm passando.

A segunda seção secundária analisa os currículos escolares e seu aporte a Lei 10.639/03, bem como a importância do currículo escolar como uma ferramenta na educação, o papel do professor na luta contra o preconceito, o racismo e a discriminação na sala de aula, a cruel realidade vivida pelas crianças negras e a busca do professor e do sistema por uma conscientização para a referida temática. E por fim a terceira seção secundária, que questiona as leis que surgiram em pro dos afros descendentes, analisando a Lei 10.639/03 e a colaboração dos professores na formação de identidade da criança negra.

A terceira seção primária apresenta a metodologia, cujo trabalho foi desenvolvido a partir da pesquisa qualitativa, da pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. O método de abordagem descritiva, buscando descrever os problemas expostos na pesquisa. Desta forma, a nossa proposta de estudo foi realizada com professores dos anos iniciais do ensino fundamental de escolas da rede pública, localizadas no município de Aracaju/SE, e a metodologia aplicada para o desenvolvimento deste trabalho acadêmico foi a pesquisa qualitativa por ser um tipo de pesquisa que envolve uma forma naturalista e interpretativa do tema abordado.

A quarta seção primária refere-se aos dos resultados e discussão, nesse capítulo foi apresentado às respostas do questionário com questões fechadas

aplicado aos professores da rede pública do Ensino Fundamental I, do município de Aracaju/Se.

Finalizando com a quinta seção primária que apresenta as considerações finais, onde aborda que o tema é bem complexo, onde será necessário dar continuidade em trabalhos futuros por ser merecedor de discussões no ambiente escolar, quanto na sociedade, a fim de alcançar possíveis soluções no assunto referente ao preconceito, ao racismo e a discriminação racial nas escolas de um modo em geral. Assim, é preciso desenvolver conhecimentos e intimidades com a abordagem relativa a esta temática em sala de aula, de maneira que a Lei possa ser aplicada e vivenciada, inserção da História e Cultura Afro-Brasileira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Contudo, compreender como está se dando no plano da prática pedagógica em História a inserção de conteúdos e metodologia que valorizem a História e a Cultura Afro-Brasileira. Neste sentido, o diálogo com os professores e professoras é essencial para se apreender como de fato está acontecendo à execução dos mecanismos legais, como está sendo trabalhados os conteúdos, o acesso a formação continuada sobre a temática, bem como a disponibilidade de materiais didáticos para alcançar os objetivos propostos pelas Diretrizes para Educação das Relações Étnico-Raciais no município de Aracaju/SE, ou seja, como essas práticas estão sendo inseridas no cotidiano escolar dos anos iniciais do ensino fundamental.

1 – RESGATANDO AS NOSSAS ORIGENS CULTURAIS.

O comportamento hostil contra o homem dito “negro” surgiu no século XVIII, no Ocidente. Em meados do século XIX, começaram a escrever, sobre a visão das ações racistas da época, e que ainda no século XX, a questão racial continua com toda força.

Ao longo da história, observamos que essa separação entre negros e brancos vem de longa data, esse pensamento que uma raça é superior à outra, que a cor da pele, o tipo do cabelo, a aparência física entre outras características podem permitir que o outro definisse se é digno de viver na sociedade como todos ou não.

Michel Foucault admite que o racismo não seja um problema recente:

Não quero de modo algum dizer que o racismo foi inventado nessa época. Ele existe há muito tempo. Mas eu acho que funcionava de outro modo. O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja

funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pele racismo. (FOUCAULT, 2010, p.304)

Então será que o termo racismo é de fato uma situação propagada pelo poder do Estado, afinal o Estado tem o poder de tomar decisões em nome da coletividade, decisões essas que infelizmente só alguns são beneficiados, de preferência aqueles que de certa forma são difundidos pela própria mídia, uma mídia que valoriza a estética e o padrão social.

Segundo Munanga (2012), como todas as ideologias¹, o racismo se mantém porque a própria vítima aceitam. Eles o aceitam por meio de educação. É por isso que em todas as sociedades humanas a educação é monopólio do Estado. Falo da educação em sentido amplo, ou seja, aquela que começa no lar, a socialização começa na família. É assim que, enquanto ideologia, o racismo se mantenha e reproduz.

Muito se discute sobre a importância da cultura afro-brasileira nas escolas, mas pouco se faz, para que seja de fato difundida. Precisa se fazer entender que todos, brancos, negros e índios formaram a identidade do nosso país. O Brasil é um país com uma miscigenação étnica e uma diversidade cultural enorme.

Essa é uma temática que precisa ser esclarecida para proporcionar aos alunos o entendimento de suas origens, fazer com que essas crianças entendam o porquê do nosso país, ter essa mistura de cores, essa imensa diversidade cultural, onde se mistura linguagem, tradição, culinária, religião, costumes, danças e etc.

Vivemos num país onde o preconceito, o racismo e a discriminação se faz presente no nosso dia-a-dia, somos um país segundo o IBGE (2015), em que 54% da população são de negros, que quase são imperceptíveis para a sociedade. Infelizmente as crianças negras são as mais prejudicadas, as que mais sofrem, vivendo em uma sociedade eurocêntrica, onde se valoriza a cultura europeia e camufla a cultura negra.

Contam-se as histórias mitológicas sobre os deuses gregos como Zeus, Apolo, entre outros, e achamos fantásticas e supernatural. Deixando de lado ou falando superficialmente sobre a cultura afro-brasileira, às vezes por falta de informação, não conhecimento do assunto ou julgando que a cultura

¹ARANHA, 2006, - conceitua ideologia como uma representação ilusória da realidade porque o conjunto de ideias e normas de conduta veiculadas levam os indivíduos a pensarem, sentirem e agirem de acordo com os interesses da classe que detém o poder. Desse modo, a ideologia camufla o conflito existente dentro da sociedade dividida, apresentando-a como una e harmônica, como se todos partilhassem dos mesmos interesses e ideais.

afro-brasileira não mereça o devido respeito por acharem que se trata de uma cultura que propaga o mal.

Sem dúvidas precisamos mudar esses pensamentos, esses conceitos errados, vivemos em um país onde todas as etnias se misturam, e temos o dever de defender os espaços públicos da incompreensão.

1.1 – África / Brasil: Uma História

A escola deve ensinar a seus alunos que é necessário o respeito à diversidade, e de contra partida ensinar a criança afrodescendente em particular que ela é um ser único, afinal cada criança tem suas experiências de vida, sua cultura, suas crenças, e que todos tem o dever de respeitar.



Imagem disponível <http://1.bp.blogspot.com>

Kabengele Munanga (1996), afirma que o resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. E continua explicando, além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram para a formação da riqueza econômica, social e da identidade nacional.

É necessário que resgatemos as nossas origens culturais, e o primeiro passo é entendermos nossas raízes, nossas origens, nossa história. Ensinado a essas crianças dos anos iniciais a história da origem da cultura negra, assim conscientizando essas crianças que cada grupo racial tem sua própria história, cada um com sua importância.

Afinal, quando ouvimos falar da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, inconscientemente nossos pensamentos se voltam para a África. Mas a culpa

não é totalmente nossa, afinal quando a História da África, nos foi apresentada de dois jeitos, que aprendemos na escola onde o assunto principal é a História dos Egípcios e seu desenvolvimento, é a História de uma África onde predomina a fome, guerras, doenças e o tráfico de escravos.

Não querendo dizer que esses problemas não existam afinal o Continente Africano é considerado um dos continentes mais pobres do mundo. Mais a África é muito mais do que isso. E essas crianças precisam desde já conhecer essa história.

A África é o terceiro maior continente, é o único que faz ligação com todos os hemisférios devido a sua grande extensão e diversidade. Foi dividido em duas, a África Saariana ou “África Branca”, que fica ao Norte do Deserto do Saara, onde o padrão de vida é considerado baixo, mais é superior ao do restante da África, e a África Subsaariana ou “África Negra” situada ao Sul do Deserto do Saara, essa parte da África é considerada a menos desenvolvida, a mais pobre do mundo. (<http://blogdoenem.com.br>).

Apesar dessa diferença existente dentro do Continente Africano, temos que saber que a África é habitada por homens há anos e apresentam-se como uma região de florestas e de grandes desertos com dunas de areias, planaltos, planícies, savanas, estepes, etc. Não é atoa que a África é considerada o Berço da Humanidade, já que segundo os cientistas a evolução humana se deu na África, onde se deu inicio a toda história da humanidade. (<http://blogdoenem.com.br>)

Diante disso é preciso fazer com que a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana sejam ensinadas logo nos anos iniciais do Ensino Fundamental, para proporcionar um melhor entendimento para essa crianças dos anos iniciais, assim auxiliando na construção e formação da identidade desses alunos, até porque eles precisam ter segurança da aceitação de suas particularidades na sociedade.

1.2 – Uma realidade cruel

Quando falamos História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Africana, nota-se que as duas estão diretamente relacionadas, a influência africana em nossa sociedade e na cultura em geral. Podemos observar quando analisamos os aspectos naturais em ambos. Assim como no Brasil, a África também possui extensas áreas florestais como a Floresta do Congo (África), e a Floresta Amazônica (Brasil), os rios de maiores volumes de água, o Rio Congo (África), o Rio Amazonas (Brasil), o clima tropical das savanas na África, e o clima tropical dos cerrados no Brasil. Além dessas semelhanças, o que mais aproximou a África do Brasil deu-se em meados dos séculos XVI e XIX, quando foram enviados para o Brasil, cerca de 4

milhões de africanos para trabalharem no regime escravagista na área econômica da lavoura de cana-de-açúcar, na região do nordeste, na mineração, e o café na região sudeste.(A África está em nós: história e cultura afro-brasileira/Roberto Benjamin,2004)

Sem dúvida é evidente e incontestável a influencia africana em nossa sociedade, principalmente quando se fala na área cultural. Os africanos que eram capturados, aprisionados e enviados para o Brasil, foram os responsáveis pelo enriquecimento e valorização a cultura brasileira, com seus costumes, rituais religiosos, culinária, vestimentas, danças etc.

Por volta do século XVI, os trabalhadores de Portugal não tinha traquejo na prática da agricultura nem na mineração, assim que foram implantados os primeiros entrepostos no Brasil os colonizadores portugueses chegaram a uma decisão de que só a mão-de-obra aborígene, ou seja, que só a mão-de-obra das pessoas que viviam ali, não seria possível alcançar os rendimentos e desenvolvimentos desejados.

Nessa época a mão-de-obra escrava já era utilizada em Portugal. Porque escravas? Pelo fato desses seres humanos serem desprovidos de qualquer direito sobre sua vida, geralmente eram escravizadas por vários fatores, como exemplo quando ocorriam guerras entre dois grupos, e o grupo que era derrotado era feito de escravos pelo grupo vencedor, o sequestro de nativos praticado por piratas a aldeias, entre outros motivos, o escravizado por vontade própria, se é que podemos dizer assim, quando falamos assim, queremos dizer que o individuo se deixava escravizar por não ter como se manter, sem comida, era impossível sobreviverem, por isso tornavam-se escravos etc. O destino dessas pessoas que eram escravizadas foi percorrido por várias Américas, inclusive a América do Sul.

Entre os séculos XVI e meados dos séculos XIX, estimava-se que foram enviados para as Américas cerca de um milhão de pessoas, homens, mulheres e crianças. Só em portos brasileiros foram cerca de quatro milhões de escravos, vale lembrar que antes dos africanos, os colonos portugueses usaram da mão-de-obra do “negro da terra” esse era o nome dado aos índios que eram escravizados e obrigados a trabalhar. Mais esses povos indígenas resistiram a esse sistema escravagista e lutaram contra isso. Devido a essa resistência indígena, se deu início a migração transatlântica de africanos para o Brasil, migração essa de caráter sub-humana. Por volta de 1850, esse tipo de tráfico, o tráfico transatlântico foi proibido. (A África está em nós: história e cultura afro-brasileira/Roberto Benjamin, 2004).

Os europeus justificavam que o tráfico de escravos tinha um caráter evangelizador, segundo o Padre Antônio Vieira os africanos por serem pagãos, assim que chegassem ao Brasil seriam evangelizados, pois o país

sendo católico teriam suas almas salvas. O Padre Antônio Vieira que contribuía na Companhia de Jesus movimento de catequização cristã, tinha como objetivo a catequização dos índios. Apesar de o Padre Antônio Vieira discriminar a escravidão, o mesmo fazia uso da mão-de-obra indígena.

É bem verdade que não há a existência de documentos que afirme com certeza a chegada de escravos africanos no Brasil, supõem que em 1538 o Senhor Jorge Lopes Bixorda que tinha a função de arrendatário de pau-brasil, teria sido ele que fez o tráfico de escravos africanos para o Brasil em particular para a Bahia, esse era uma travessia muito dolorosa e sofrida, muitos africanos morriam por causa da longa distancia, ou seja, da África para o Brasil levasse muitos dias de viagem, era nessa travessia que muitos morriam de fome, doenças, maus tratos, enfim, como sobreviver a uma viagem de maneira tão desumana, os que por milagre chegavam com vida eram logo separados dos seus grupos e colocados em grupos onde não tivessem conhecimentos da linguagem e cultura assim, tornando mais difícil a comunicação entre eles, agora passando de um ser livre para um ser escravizado tendo de servir somente a seu dono.

Onde a escravidão foi implantada, o Brasil é o país com maior número de descendentes africanos. É claro que o desenvolvimento do Brasil não se deu exclusivamente por causa dos negros, mas a rica contribuição braçal e cultural é incontestável.

É de responsabilidade da escola e do professor transmitir aos seus alunos em particular os alunos dos anos iniciais toda essa contribuição concedida pelos nossos afros descendentes, fazendo assim com que essas crianças se descubram e se vejam como elas realmente são, cada uma buscando a sua identidade étnica, aprendendo a respeitar e a valorizar sua história de ontem, de hoje, e de amanhã, para se tornarem um adulto consciente e atuante na sociedade.

Em uma dessas escolas da rede municipal, nos colocamos a frente dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental I, com qual das três professoras que estava na frente deles na sala de aula, ela se identificariam, ou seja, duas das professoras eram negra e a terceira “branca”, todas as crianças de pele clara responderam rapidamente sem dúvidas, que tinham a cor da pele igual ao da professora de pele clara, mas com relação às crianças com o tom da pele parda ou negra, gerou-se certo desconforto, dúvidas mesmo, pois as crianças com o tom da pele parecido com o das professoras negras, não conseguiam se reconhecer.

Hoje o papel da escola é complexo, às vezes contribui para a exclusão, privilegiando grupos e pessoas, reforçando a prática do egoísmo, individualismo, competições, discriminações, elementos que predomina no

meio social, e por outro lado contribui para que o conhecimento seja construído a cada dia, dando suporte a superação que vai ocorrendo através de novas descobertas.

É verdade que a escola que nós temos está caminhando para a escola que nós queremos uma escola com espaço ideal para a construção de uma sociedade sadia, onde o respeito à diversidade e a intolerância racial seja conversado abertamente, uma escola democrática com a formação para a cidadania. Uma escola que combata a exclusão social, mas ao mesmo tempo, trabalhe a relação escola-família-aluno, assim possibilitando que todos participem para o bom andamento do ensino aprendizagem e conseqüentemente o sucesso escolar em um todo. As escolas da rede pública de ensino almeja um ambiente escolar propício para que o aluno se sinta acolhidos, respeitados e com seus direitos reconhecidos.

Quando as relações dentro da escola não vão, reflete diretamente no desenvolvimento do aluno, assim é necessário que existam boas relações entre os professores, direção, funcionários em geral e com o aluno, para que o andamento nos trabalhos seja prazeroso. No ambiente escolar o cumprimento, cordialidade, a troca de informações são atitudes que só contribuirá para a formação das relações interpessoais, isso não que dizer que as relações interpessoais são sempre positivas, afinal em todo ambiente de trabalho existe competitividade, falta de comunicação, prejudicando o desenvolvimento do trabalho, além de ter professores que estabelecerem relações de maior ou menor proximidade com os alunos, mais é necessário não permitir que a convivência com alunos seja desrespeitosa.

Uma das quatro professoras que foram entrevistadas declarou na escola na qual trabalha, existe um projeto coletivo sobre a questão racial, com o envolvimento de todos, inclusive da direção e dos funcionários. Acredita-se que, para fortalecer o relacionamento, a aceitação da diversidade étnica e o respeito, a escola busca promover maior conhecimento sobre as heranças culturais brasileiras, proporcionando o direito de igualdade entre os alunos.

De essa forma o professor precisa se dedicar as mudanças que se processam no campo de trabalho, atualizando o currículo e a metodologia aplicados, e juntos professor e aluno estejam sempre abertos à conversa, debates e esclarecimento, buscando uma maneira de transmitir a temática sobre História e Cultura Afro-Brasileira, auxiliando o aluno dos anos iniciais na construção da sua identidade.

Em suma o papel da escola, é incentivar a leitura e a interpretação da totalidade do contexto educacional brasileiro, em função de outro fazer educativo, como instrumento de resistência e de luta contra uma visão

autoritária de um modelo escolar, sem sintonia com a realidade social da criança brasileira.

2 – CURRÍCULOS ESCOLARES E SEU APORTE A LEI 10.639/03

Fala-se muito em Democracia², mas no que diz respeito às escolas brasileiras essa Democracia está um pouco longe da realidade, pois ainda muito se fala em diretos iguais e pouco se faz. Ainda não possui um currículo, onde a Cultura e História Afro-Brasileira sejam verdadeiramente trabalhadas nas salas de aulas, como religião, culinária, linguagem, vestimenta dança, enfim, tudo que diz respeito sobre a Cultura e História Afro-Brasileira, riquezas culturais deixadas pelos nossos ancestrais, sem mascaras ou restrição, para assim permitir que as crianças consigam se identifica. Segundo Sacristã (1999), o currículo é uma conexão, uma junção entre dois ou mais objetos de estudo.

Sendo o currículo, é o coração da escola, juga-se que é dever não só dos professores, mais de todos, gestores, família e comunidade, e juntos trabalharemos na construção de um currículo que não se auferir de tomar partido, que trate do tema diversidade e que busque falar abertamente sobre preconceito racial promovendo a aceitação, o respeito e igualdade para todos, até porque o currículo é flexível e deve ser construído continuamente.

Segundo as Leis Diretrizes Curriculares Nacionais (LDCN) para a Educação Infantil, registra que a criança é o centro do planejamento curricular, é o sujeito histórico e de direito. Os Parâmetros Curriculares da Educação define sujeito histórico como:

Todos aqueles que localizados em contextos históricos, exprimem suas especificidades e características, sendo líderes de lutas para transformações (ou permanência) mais amplas ou de situações mais cotidianas, que atuam em grupo ou isoladamente, e produzem para si ou para uma coletividade. Podem ser trabalhadores, patrões, escravos, reis, camponeses, políticos, prisioneiros, crianças, mulheres, religiosos, velhos, partidos políticos etc. (PCN, v. 5. p. 29).

Essa é uma concepção descritiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que deixa claro que todos sem discriminação, são partes integrantes dessa compreensão de sujeito histórico.

² Democracia: regime político em que a soberania é exercida pelo povo.

2.1 – Currículo escolar uma ferramenta de extrema importância.

Moreira (2002), afirma que, o papel do educador no processo curricular é assim, fundamental. Ele é um dos grandes artefatos, queira ou não, na construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula, e define currículo como sendo o coração da escola, o espaço central em que todos atuam o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsável por sua elaboração.

Para analisar, Sacristã (1999) define o currículo como sendo uma conexão, uma junção entre dois ou mais objetos de estudo. “O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdadas e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições. (SACRISTAN, 1999, p. 61.)”

Segundo a LDB – Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art.26, declaram que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (LDB, 2017, Art.26.)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CBE nº. 5, de 17 de dezembro de 2009), de caráter mandatório, devem ser observadas na elaboração dos projetos pedagógicos de cada instituição de ensino estabelecem que:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2009, Art.3º)

Para Silva (1996), o currículo é um instrumento importante, pois se podem tratar os assuntos mais polêmicos sem agressões, e define assim:

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais. (SILVA, 1996, p.23.)

O currículo escolar deve contemplar ações ligadas ao estudo da diversidade e pluralidade étnico-racial. Realmente as escolas não tem ofertado o favorecimento justo entre os grupos que formam a história do povo brasileiro, com frequência observamos o preconceito, seja por meio de conteúdos indevidos ou por divulgação de algumas culturas em específicos. Nesta perspectiva, observamos os crescentes casos de racismo, preconceito e discriminação nas escolas envolvendo crianças negras, justamente num local que a inclusão e a conscientização antirracista devem prevalecer, afinal é na escola que são formados seres pensantes.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, para ir compreender a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento de luta por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. (FREIRE, 2014, p.31)

2.2 – Discriminação: Com a palavra o professor

É papel fundamental do professor é conscientizar aos alunos que todos são iguais, todas as raças existentes no Brasil tem total importância na formação da nossa cultura. Os professores e educadores dos anos iniciais do Ensino Fundamental precisam estar capacitados e qualificados para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, bem como estarem prontos para trabalharem de forma positiva, a fim de minimizar o preconceito, o racismo e a discriminação racial existente na sociedade e desconstruir esses conceitos.

Segundo Foucault (2010), o racismo faz justamente funcionar, faz atuar essa relação de tipo guerreiro – “se você quer viver, é preciso que o outro morra”. Será mesmo que é necessário vivermos em condições de ataque para sobrevivermos em um mundo que deveria ser para todos independentes da sua origem, tipo físico, cor da pele, etc.

Não pretendemos entrar em discussão para classificar qual definição do racismo é a mais correta, racista pode ser pessoas que desconhecem etnias e raças, pessoas que agridem os afros descendentes por maneiras retaliativas com insultos, grosserias, piadas, denegrindo seus valores comportamentais e culturais. Assim bem como o preconceito, como posso julgar uma pessoa sem ao menos conhecer sua história? Normalmente esses julgamentos são sem fundamento, contesto sua religiosidade, comportamento e postura sem

ao menos ter argumento. Como a discriminação que defino em uma só palavra “separar”.

Será mesmo necessário vivermos em um mundo onde precisamos “separar”, negros dos brancos, ricos dos pobres, gordos dos magros, religiões ditas de brancos das religiões ditas de negros?

Segundo o Artigo 1 da Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, define discriminação como:

Qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em um mesmo plano (em igualdade de condição), de Direitos Humanos e liberdades fundamentais no domínio político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de sua vida. (NAÇÕES UNIDAS, 1965).

O Brasil é um país onde a valorização eurocêntrica é muito forte, e com isso deixa de lado importantes informações relacionadas à História e Cultura Afro-Brasileira, informações essas que com certeza auxiliariam na formação de identidade de crianças negras, que ainda estão em fase de entendimento.

O professor peça importantíssima nessa construção de identidade dessas crianças, deve buscar práticas educativas como trazer questões que surtem fora ou dentro do âmbito escola, promover debates com as informações que chegam do melhor jeito para o aluno, participando ativamente do meio do aluno, para resgatar a autoestima no seu convívio social, afinal essas crianças dos anos iniciais precisam se respeitar e aceitar suas origens.

A escolha do livro didático é muito importante no auxílio dessa construção, os professores precisam adotar livros que represente a realidade dessas crianças negras, que mostre e conte histórias que elas possam se reconhecer como parte dessas histórias.

A autora Maria de Lourdes Chagas Deiro, em seu livro *As belas mentiras*, denuncia a real visão dos textos de leitura, como a realidade das características de cada povo e mascarada. Assim a aplicação de livros que retrate a realidade do aluno negro é importante, livros infantis como o da escritora Ana Maria Machado com o livro *Menina bonita do laço de fita*, que traz uma linda história de valorização da beleza negra, o livro de Patrícia Santana, *Minha mãe é negra sim!* Que conta a história de um menino negro que se vê as voltas com o racismo na escola e sofre quando tem que retratar sua mãe negra nas atividades de sala de aula. O livro infantil de Lucimar Rosa Dias que conta a história de uma menina negra bem resolvida com

suas características, o livro infantil Cada um com seu jeito, cada jeito é de um!

O aluno precisa ter segurança da aceitação de suas características, é necessário que o professor junto com seus alunos construa um ambiente de respeito, pela aceitação de interesse e incorporação das contribuições que venha a trazer.

Atualmente, ela é a garantia do aluno (ser indivisível) de se tornar indivíduo solidário atuante. É através da escola descobre o que o aluno “enxerga” o outro e as diferenças do mundo. É na escola que o aluno descobre os mecanismos para se relacionar com o próximo. A escola desenvolve papéis de ligação da família com a sociedade e da sociedade com o indivíduo. (SILVA, 2006, p. 11.)

Mas temos que lembrar que o tema racial precisa ser problematizado, desmistificado, e que deve contar também com a colaboração da escola e dos pais. Essa instituição possui uma força capaz de grandes transformações, propondo um ensino em que a história do negro e sua contribuição para o desenvolvimento do Brasil, sejam trabalhadas em sala de aula, sem máscara, assim ser reconhecida e respeitada por todos os grupos raciais, e por toda sociedade.

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutraliza-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar. (MOREIRA e CANDU, 2003, p. 161.)

Assim a escola tende a estar preparada para acolher essas crianças, e desenvolver um trabalho de senso crítico de respeito a diferentes saberes e manifestações culturais.

Na escola pesquisa as professoras, abordam o assunto pedagogicamente, a cultura negra é estudada como um instrumento na prática pedagógica é contextualizado na realidade do aluno, levando-o a fazer uma análise crítica dessa realidade, a fim de conhecê-la melhor, e comprometendo-se com sua transformação.

Diante do exposto entende-se que a função social da escola é complexa, ampla e diversificada, mais garante a aprendizagem de conhecimento, habilidade e valores que auxiliaram na socialização do aluno.

A família, deve ser a primeira a transmitir esses valores, incentivar a criança a aceitar a diversidade desde cedo, mudar os conceitos errados relacionados

a cultura afro-brasileira, fazer-se entender que é necessário defender os espaços públicos da incompreensão, da inflexibilidade religiosa, conscientizar as crianças que a cor da pele ou o tipo de cabelo, não a torna uma criança pior ou melhor, que outra, e os pais tem o dever de auto avaliar-se, para que, inconsciente não tenham atitudes ou comportamentos mesmo sem intenção que induzam a discriminação, ao preconceito, ao racismo. É necessário ensinar as crianças, principalmente dos anos iniciais, que o respeito ao outro é a base para a formação de um bom cidadão. É de extrema importância que a escola e a família caminhem em uma mesma direção, buscando a conscientização no tratar dos valores culturais e respeito ao próximo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil (2010), afirma que a criança é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

2.3 – Crianças Negras, uma realidade cruel

Em pleno século XXI, o preconceito racial está presente em quase todos os lugares, muitas vezes apresentando-se mascarado ou até mesmo declarado. Pessoas discriminando as outras, desprezando, debochando etc... Olhares dissimulados de indiferença, risos, atitudes desprezíveis, porque no geral essas pessoas não tem nenhum conhecimento das características dos indivíduos discriminados.

Infelizmente ainda é crescente o número de casos de racismo, preconceito e discriminação praticada contra crianças negras nas escolas. A intolerância racial e o desrespeito praticado por algumas pessoas desenformadas chegam a serem absurdas, crianças sendo agredidas por causa da cor, passando por constrangimentos por parte de algumas colegas, sofrendo agressões psicológicas ou físicas.

[...] alguns alunos a rejeitavam. Diziam que não queriam sentar no mesmo grupo que ela nem realizar atividades coletivas junto com ela. Em algumas situações, piadinhas e chacotas eram feitas, envolvendo seu nome. Conversando com a professora, esta relatou-nos que ALC já havia reclamado do fato de alguns meninos ficarem “mexendo” com ela na hora do recreio e de rirem dela. “Escuridão”, “noite” eram apelidos utilizados por alguns meninos para se referirem a ela. ALC,tinha traços de negritude bastante ressaltados (OLIVEIRA, 2007, p.47).

Essa é uma realidade que os afros descendentes vêm sofrendo durante todos esses anos, simplesmente pelas suas características físicas, dito como não padrão pela sociedade, devido a seus lábios grossos, cabelos crespos, cor da pele, e de contra partida pela sua cultura trazida da África.

É lamentável que ainda hoje crianças negras deixem de ir a escola por causa das agressões preconceituosas, é incrível que nos dias atuais nossas crianças negras geralmente sem ter o devido conhecimento das suas origens, sem saber o quando seus antepassados contribuíram para a formação do povo brasileiro, com sua força e coragem, com seu trabalho e sua cultura. Procura ser o mais discreto possível, com receio de serem maltratados, com piadas, brincadeiras de mau gosto praticadas por outros colegas geralmente de características brancas, mais não descartando os de características afrodescendentes.

“(…) em uma situação questiono Vera (negra): como você é? Ele responde: “eu tenho uma franjinha abaixada, sou gordinha, meu pezinho é gordo eu puxei meu pai”. Pergunto: “como você é: preta ou branca”...? rapidamente afirma: “morena”. Digo, então: “você gostaria de ser diferente”? “Hum...eu gostaria de ser branquinha!” (CAVALLEIRO, 2003; p.65).

Compete à escola junto com a família, fazer com que a criança negra se aceite como ela realmente é, resgatar a autoestima dessas crianças no seu convívio social, fazendo com que elas se reconheçam como cidadãos, e mais, que são individuo de transformação da sociedade.

2.4 – Professor X Sistema: Uma busca pelo melhor

No momento em que as questões raciais como o preconceito discriminação e o racismo envolvendo crianças inocentes, que estão iniciando sua vida escolar, cabe o professor estar cientes da sua responsabilidade como educador, para de maneira firme mais consciente reverter essa história. Nesse caso a escolha do livro didático é de suma importância.

Devemos partir do principio de que a escolha e definição dos conteúdos é, em última instância, tarefa do professor. É ele quem tem pela frente determinados alunos, com suas características de origem social, vivendo em meio cultural determinado, com certas disposições e preparo para enfrentar o estudo. (LIBÂNEO, 2013.p.146).

É preciso que a escolha do livro didático seja de maneira sábia, que o professor tenha a sensibilidade de não só escolher livros com tema ou com conteúdos eurocêtricos, mais que também contenham assuntos que

envolvam as matrizes africanas, que fale da história do povo negro, livros que contenham ilustrações com imagens de crianças negras, famílias negras, de brinquedos que a representem.

O teórico Libâneo afirma:

Os livros didáticos se prestam a sistematizar e difundir conhecimentos, mas servem, também, para encobrir ou escamotear aspectos da realidade, conforme modelo de descrição e explicação das realidades consoantes com os interesses econômicos e sociais dominantes na sociedade. (LIBÂNEO, 2013, p.154)

O professor precisa está atento, tendo o cuidado e fazer uma pré-análise do livro didático que pretende aplicar nas suas aulas, para assim ter o total conhecimento do conteúdo, tendo a certeza que as informações que o livro possui faz juízo com a realidade da vida dos seus alunos, no seu dia a dia.

Libâneo deixa claro sua posição com relação às supostas armadilha caso o professor não se certifique do conteúdo que um livro didático pode conter.

O professor não pode esperar que os livros didáticos revelem os aspectos reais das coisas, as razões reais que estão por detrás das diferenças sociais. Esta é tarefa sua, sabendo que sua postura crítica nem sempre será aprovada. Não é necessário ir muito longe: alguns pais, alguns diretores de escolas também não desejam que o real funcionamento das relações sociais na sociedade seja revelado. Além disso, o próprio professor pode não se ver como um assalariado e confirma aos alunos valores, ideias, concepções de mundo distante da realidade concreta, passadas pelo livro didático ou que circulam nas conversas, na televisão, no rádio. (LIBÂNEO, 2013, p. 156).

Com certeza o professor primeiramente precisa se aceitar como são com suas limitações, desafios apresentados pela profissão, sua origem para assim ser capaz de auxiliar no desenvolvimento cultural, social dessas crianças com quem vão trabalhar diariamente.

Outro ponto a ser levado em consideração é a avaliação, até porque a avaliação é uma tarefa didática no trabalho do professor, é a maneira que o professor tem de acompanhar o desenvolvimento passo a passo dos seus alunos, tendo condição se estar a par de saberes se a aplicação dos conteúdos e o rendimento escolar estão sendo alcançados.

Segundo o professor Cipriano Carlos Luckesi, a avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho. A avaliação deva ser aplicada no meio e no final do período letivo, como objetivo de cobrança de aprendizagem. A avaliação nesse caso se tratando de crianças que estão iniciando sua vida escolar deve ser voltada para o desenvolvimento intelectual, social, moral e cultural.

José Carlos Libâneo entre muitas definições de avaliação declara:

A avaliação deve ajudar todas as crianças a crescerem: os ativos e os apáticos, os espertos e os lentos, os interessados e os desinteressados. Os alunos não são iguais, nem no nível socioeconômico nem nas suas características individuais. A avaliação possibilita o conhecimento de cada um, da sua posição em relação à classe, estabelecendo uma base para as atividades de ensino e aprendizagem. (LIBÂNEO, 2013, p. 223).

Sendo assim o professor ao pensar na aplicação de uma avaliação deve levar em consideração as limitações de cada aluno, observando a reação e o comportamento, para assim ser capaz de tomar a decisão mais adequada, fazendo uma análise para se certificar sobre qual a melhor avaliação deve ser aplicada. Avaliação será a mais adequada para ser aplicada na sua turma, se será uma prova com questões objetivas, de certo ou errado, de lacunas, de correspondência, de múltipla escolha, de interpretação de texto, enfim, ou até através da observação. Nessa última possibilidade o professor precisa estar um pouco mais atento e ter um pouco mais de cuidado, porque nesse tipo de avaliação o aluno será observado em todos os aspectos, então a avaliação deve ser bem analisada. O professor não pode avaliar a criança simplesmente tirando conclusões precipitadas, levando em consideração sua opinião particular.

2.3 – UMA ANÁLISE A LUZ DAS LEIS.

Não é de hoje que os negros lutam contra o preconceito e a desigualdade social, desde o período escravagista, mesmo que de maneira precária e clandestina, os negros já buscavam por essa igualdade de direito. No decorrer dessa luta, houve a participação de grandes personagens, inclusive o mais conhecido na história do povo negro, a do líder quilombola Zumbi dos Palmares.

No passar desses séculos várias leis foram criadas, com a intenção de aliviar o sofrimento desse povo tão injustiçado, entre elas a Lei Eusébio de Queiroz/1850, (proibia o tráfico de escravos), a Lei do Ventre Livre/1871,

(libertava todos os filhos de escravos nascidos a partir daquela data), a Lei dos Sexagenários/1885, (libertava todos os negros maiores de 65 anos).

Nesse mesmo período com o Movimento Liberal Abolicionista, que surge com a proposta de por fim por definitivo a escravidão. Em 13 de maio de 1888, esse “sonho se realizou”, foi promulgada a Lei Áurea, que colocaria um fim na escravidão no Brasil.

Há 56 anos, foi criada a primeira Lei com o objetivo em particular de desmistificar o preconceito, e a discriminação racial no Brasil, a Lei nº 1.390/51, denominada Lei Afonso Arinos.

Em 05 de janeiro de 1989, foi aprovada a Lei 7.716, que em seu Artigo 1º declara que serão punidos, na forma da Lei, os crimes resultantes de preconceitos, de raça ou de cor, essa lei se encontra em vigor até os dias atuais.

Infelizmente mesmo com todas essas leis, os problemas não foram devidamente solucionados, apesar da liberdade, o desrespeito contra os negros continuam. Ainda hoje, negros buscam o direito de ser quem ele realmente é, um grupo racial como tantos outros, que possuem suas próprias ideologias, crenças, linguagens, enfim, um grupo racial que espera simplesmente, que suas convicções e suas origens sejam no mínimo respeitadas.

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade. (BRASIL, 1888, Art.5º).

Nota-se que essas Leis servem como munição de defesa para auxiliar os negros, das agressões que vem sofrendo no decorrer desses anos, deixando claro que todos nós somos iguais e merecemos respeito.

Fazer com que o direito dos afros descendentes seja respeitado, que os negros possam expressar sua realidade sem medo de retaliações por parte da sociedade, dessa sociedade mascarada, que fala uma coisa e age de maneira completamente preconceituosa, excluindo os negros dos seus direitos perante essa mesma sociedade.

O Estatuto da Igualdade Racial busca exatamente garantir a população negra que eles possam ter os mesmos direitos que qualquer outro grupo.

Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e as demais formas de intolerância étnica. (BRASIL, 2010, Art.1º)

É bem verdade que o cumprimento dessas Leis deixa um pouco a desejar, principalmente quando as vítimas são crianças, que passam por constrangimentos diversos, no âmbito escolar ou social, e não sabe como lidar com tal situação, deixando até de voltar a frequentar a escola, e o meio social a qual também é de direito, passando a não se aceitar como são. Sem entender o porquê dessa exclusão, se vendo só. Porque na maioria das vezes a própria família também não sabe o que fazer, o que falar como ajudar seus filhos.

Pensando nessas crianças, no dia 13 de julho de 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o objetivo de proteger a integridade física, psíquica e moral das crianças e dos adolescentes.

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. (BRASIL, 1990, Art.150)

Em outro Artigo afirma que:

O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (BRASIL, 1990, Art. 17.)

Enfim a criança deve ser de fato o centro de preocupação, para quem a escola a família e o professor devem estar totalmente voltados, para auxiliar na construção da sua identidade, no resgate da sua autoestima.

A Constituição da República Federativa do Brasil declara que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, no lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988. Art.277.)

Nota-se que é preciso que exista uma parceria envolvendo todos os seguimentos, todos nós temos nossa parcela de contribuição para colaborar no processo de desenvolvimento do futuro dessas crianças negras.

Todas as escolas deveriam fazer os professores e alunos participarem do currículo antirracista que, de algum modo, está ligado a projetos da sociedade em geral. Esta abordagem redefine não somente a autoridade do professor e a responsabilidade dos alunos, mas situa a escola como uma força importante na luta por justiça social, economia e cultura. Uma pedagogia de resistência pós-moderna e crítica pode desafiar as fronteiras opressivas do racismo, mas também aquelas barreiras que corroem e subvertem a construção de uma sociedade democrática. (GIROUX, 1999, p.166).

O desafio da construção do currículo escolar a partir do respeito a diversidade, só será possível se o professor estiver pronto para aceitar sua origem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁFRICA: Berço da Humanidade e da Civilização. Disponível em: www.culturaneegra.com.br

ÁFRICA: Divisão Territorial – Geografia Enem By. Martha Ramos. Disponível em <http://blogdoenem.com.br>

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma história do negro no Brasil** / WLAMYRA, R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. – Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320p. ISBN: 85-88070-022 1 – Negros-História-Brasil. 2 – Escravidão-Brasil. 3 – África-História. 4 – Brasil-Civilização-Influências Africanas. 5 – Discriminação-Racial-Brasil. I. Albuquerque, wlamyra. II. Fraga filho. III. Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Afro-Orientais. IV. Fundação Cultural Palmares. CDD – 305896081.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Alienação e Ideologia**. In:_____. Filosofia da Educação. São Paulo: Moderna,2006,p.80.

As Leis Abolicionistas. Disponível em: mundoeducação.bol.uol.com.br.

BENJAMIN, Roberto Emerson Câmara. **A África está em nós: História e Cultura afro-brasileira/** Roberto Benjamin. – João Pessoa, PB. Editora Grafset, 2004, 168p. ; 210x280mm

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC. 2004

BRASIL, Lei de Diretrizes e Base. Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais. 3. ed. Brasília: MEC, 2001

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CBE nº 5, de 17 de dezembro de 2009).

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3 v.: il. Volume 1: Introdução; volume 2: Formação pessoal e social; volume 3: Conhecimento de mundo. 1. Educação infantil. 2. Criança em idade pré-escolar. I. Título. CDU 372.3

CAVALLEIRO, Eliane. Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: **Racismo, preconceito, discriminação na educação infantil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Anti-racismo na educação**: Repensando nossa Escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CAPITAL Carta. Entrevista com Munanga, 2012. Disponível em: www.cartacapital.com.br.

Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, 1965. Disponível em: [https:// pt.wikipedia.org](https://pt.wikipedia.org).

Constituição da República Federativa do Brasil: Disponível: www.planalto.gov.br

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Armed, 2006.

Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: [https:// presrepublica.jusbrasil.com.br](https://presrepublica.jusbrasil.com.br)

Estatuto da Criança e do Adolescente lei 8.069/90. Disponível: www.planalto.gov.br – 03/leis/L8069.htm

Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira: **olhares sobre a Lei 10.639/03** / organização, Frank Marcon; Hippolyte BRICE Sogbossi. – São Cristovão: Editora UFS, 2007, 108p.

1. Cultura afro-brasileira. 2. Lei nº10. 639/03. 3. Educação – Práticas pedagógicas.

I. Marcon, Frank. II. Sogbossi, Hippolyte Brice.

FOUCAULT, Michel. 1926-1984. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976) / Michel Foucault; tradução Maria Ermantina Galvão. – São Paulo: Martins Fontes, 1999, - (Coleção tópicos).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2014.

GIROUX, Henry. **Redefinindo as fronteiras da raça e da etnicidade:** além da política educacional. In: Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação / Henry A. Giroux; trad. Magda F. Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. p.133-172.

__ Lei nº12. 288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera a Lei nº7. 716, de 5 de janeiro de 1989. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 jul.2010.

LIBÂNEO, José Carlos, **Didática** / José Carlos Libâneo. _ 2. Ed. _ São Paulo: Cortez, 2013.

1. Ensino médio – Brasil 2. Pedagogia 3. Prática de ensino I. Título.

LOCKE, John. **Dois Tratados sobre o governo.** Editora Martins Fontes, São Paulo, 1998.

[MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa.] **Indagações sobre currículo:** currículo, conhecimento e cultura/ [Antônio Flávio Barbosa Moreira, Vera Maria Candau]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricelia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2007. 48 p. 1 – Ensino Fundamental-Brasil. 2 – Educação Básica. 3 – Currículo. 4 – Conhecimento. 5 – Cultura. I. Candau, Vera Maria. II. Beauchamp, Jeanete. III. Pagel, Sandra Denise. IV – Nascimento, Aricelia Ribeiro do. V – Brasil. Secretária de Educação Básica. VI – Título.

MOREIRA, A. F. B. e CANDU, U. M. **Educação escolar e cultura(s):** construindo aminhos. Revista Brasileira de Educação. N.23, p. 156-168, 2003.

Movimento Negro: história, conquistas e polêmicas. Disponível em: www.politize.com.br/movimento negro.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada/Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Preconceito e Autoconceito:** Identidade e Interação na sala de aula. São Paulo: Papirus, 2007.

Parâmetros Curriculares Nacionais; **Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.** Ministério da Educação; 2001.

PIAGET, J. (1976). **Psicologia e Pedagogia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária

SACRISTAN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação.** Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SARMENTO, Manuel J. **Imaginário e cultura da infância.** Texto produzido no âmbito das atividades do Projeto “As marcas dos tempos: a interculturalidade nas culturas da infância”, Projeto POCTI/CED/2002.

Só Geografia – História da África. Disponível em: www.sogeografia.com.br/conteudos/continentes/África

SILVA, Júlio César Lázaro da. **Relações entre o Brasil e a África:** Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br>.

SILVA, Elisângela Ferreira da. **Reprovação e evasão escolar na 4ª série de Ensino Fundamental.** Monografia (graduação) – Faculdade JK. Curso Pedagogia. Taguatinga – DF, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais:** as transformações nas políticas da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, Maria José Lopes da. Pedagogia Multirracial em Contraposição à ideologia do branqueamento na Educação. In: LIMA, Ivan Costa e ROMÃO, Jesus (orgs). **As ideias Racistas. Os negros e a educação.** SC: Núcleo de Estudos Negros/NEM, 1997.